

OS RELATÓRIOS DE AUDITORIA ATUARIAL INDEPENDENTE E A PERCEPÇÃO DOS CONSUMIDORES - UMA ANÁLISE TÉCNICA^{1*}

THE REPORTS OF INDEPENDENT ACTUARIAL AUDIT REPORTS AND CONSUMERS' PERCEPTION - A TECHNICAL ANALYSIS

Tatiana Naunnccik^{2**}
Máris Caroline Gosmann^{3***}

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi analisar a percepção dos consumidores acerca dos Relatórios de Auditoria Atuarial Independente, como produto consolidado da Auditoria Atuarial Independente, prática recente e de caráter obrigatório a que são submetidas as entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) no Brasil. A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem quantitativa e exploratória, e utilizado, para a coleta de dados, um questionário aplicado em nível nacional. Com o objetivo de mapear a visão dos consumidores, foram elaboradas perguntas e afirmativas relacionadas à clareza, objetividade, relevância, utilidade, estrutura e possíveis alterações. A análise das 39 respostas coletadas revela que a legibilidade dos relatórios tem correlação com a experiência do respondente na área atuarial e, mesmo com alguns apontamentos direcionados à estrutura de apresentação e redação dos relatórios, indica que são fontes confiáveis de informação e de apoio para tomadas de decisão das supervisionadas, não se limitando a cumprimento de normativo. De maneira geral, foi identificada a necessidade de aprimoramentos dos relatórios para melhor compreensão e acesso, por parte das auditadas, das análises e recomendações de maior impacto para a garantia de solvência das supervisionadas. Neste sentido, esta pesquisa contribui para ampliar o conhecimento da sociedade, do meio acadêmico e do mercado segurador sobre o papel essencial da Auditoria Atuarial Independente, que tem seu relatório como resultado na transparência, confiabilidade e regularização das supervisionadas SUSEP.

Palavras-chave: relatório de auditoria atuarial independente, auditoria atuarial, supervisionadas, mercado segurador

ABSTRACT

The objective of this research was to analyze consumers' perception of Independent Actuarial Audit Reports as the consolidated product of the Independent Actuarial Audit, a recent and mandatory practice imposed on entities supervised by the Superintendence

^{1*} Trabalho de Diplomação em Atuária equivalente ao Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no segundo semestre de 2024, ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Atuariais.

^{2**} Graduada do curso de Ciências Atuariais da UFRGS. (tatirussa@yahoo.com.br).

^{3***} Orientadora. Dra. Prof^a Adjunta DCCE/FCE/UFRGS. Graduação em Ciências Atuariais UFRGS (2005), Economia UFRGS (2014) e Nutrição UFCSPA (2005). Especialização em Economia e Finanças UFRGS (2011). Mestrado em Atuária PUC-Rio (2009). Doutorado em Ciências Contábeis UFRJ (2022) (maris.caroline.gosmann@gmail.com).

of Private Insurance (SUSEP) in Brazil. The study was conducted using a quantitative and exploratory approach, with data collected through a nationally applied questionnaire. To map consumers' perspectives, questions and statements were developed focusing on clarity, objectivity, relevance, usefulness, structure, and potential improvements. The analysis of the 39 collected responses reveals that the readability of the reports correlates with respondents' experience in the actuarial field. Despite some comments regarding the presentation structure and wording of the reports, they are recognized as reliable sources of information and decision-making support for supervised entities, extending beyond mere regulatory compliance. Overall, the study identified the need for enhancements to the reports to improve understanding and accessibility for audited entities, particularly concerning analyses and recommendations with greater impact on ensuring the solvency of supervised entities. In this regard, this research contributes to expanding the knowledge of society, academia, and the insurance market about the essential role of Independent Actuarial Audits, whose reports enhance transparency, reliability, and compliance among SUSEP-supervised entities.

Keywords: independent actuarial audit report, actuarial audit, supervised, insurance market

1 INTRODUÇÃO

A Auditoria Atuarial Independente desempenha papel fundamental ao contribuir para a melhoria da performance técnica das empresas supervisionadas, e o relatório de auditoria atua como uma ferramenta de pesquisa constante para buscar e identificar as diretrizes técnicas que visam garantir a solvência da entidade supervisionada. Neste sentido, Nascimento (2020) comenta que o setor atuarial pode ser identificado como o pulmão das supervisionadas da SUSEP, dada sua importância na melhoria dos processos e métodos e a segurança que traz às atividades por meio da prevenção e mitigação dos riscos regulatórios.

Embora a Auditoria Atuarial Independente seja um assunto recente, de forma geral, observa-se que a sua regulamentação no Brasil tem avançado significativamente nos últimos anos, sendo realizada pelo Estado por meio do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP (BRASIL, 1966) e, a fiscalização, pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP (BRASIL, 1966).

Assim, na esteira da evolução normativa, para as entidades supervisionadas pela SUSEP, quais sejam as Sociedades Seguradoras, Sociedades de Capitalização, Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC's) e Resseguradores Locais, a Auditoria Atuarial Independente passou a ser obrigatória a partir da Resolução nº 311 de 2014 (BRASIL, 2014). No mesmo ano foi publicado o Comitê de Pronunciamentos Atuariais CPA 002, que definiu os procedimentos básicos a serem seguidos pelos atuários independentes e pelos atuários responsáveis técnicos das Sociedades auditadas, no que se refere à estrutura e ao conteúdo de seus relatórios e pareceres (IBA, 2014).

Este pronunciamento, adotado pela Circular SUSEP Nº 507/14 (SUSEP, 2014), tem como objetivo orientar e elencar as melhores práticas e procedimentos a serem adotados durante o processo de Auditoria Atuarial Independente. Nele o relatório de auditoria é definido como um documento analítico, no qual o atuário independente apresenta, de forma clara e objetiva, sua opinião sobre os aspectos relevantes identificados em cada item analisado. Nesse contexto, o relatório deve detalhar as metodologias utilizadas nas análises realizadas. Quanto às opiniões emitidas pelo atuário,

estas devem estar consistentemente alinhadas aos resultados apresentados no relatório, refletindo de maneira precisa a situação da entidade auditada.

Seguindo a linha de evolução dos trabalhos atuariais, o relatório, como produto final da Auditoria Atuarial Independente, reflete este movimento. A partir da pesquisa realizada por Minossi (2022), cujo objetivo foi analisar a evolução do Relatório de Auditoria Atuarial Independente no período de 8 anos, verificou-se que os relatórios estão em processo de aprimoramento contínuo. Neste contexto, os profissionais envolvidos em sua elaboração têm buscado informar, de forma clara e objetiva, suas análises e conclusões. A compreensão por parte de seus consumidores é premissa essencial para que o desempenho da atividade de auditoria seja eficaz e cumpra a sua função.

Isto posto, considerando o papel relevante do relatório como produto da Auditoria Atuarial Independente, a questão-problema que este estudo busca responder é: qual é a percepção que os consumidores têm dos Relatórios de Auditoria Atuarial Independente, tendo como objetivo geral analisar a percepção dos consumidores em relação ao Relatório de Auditoria Atuarial Independente a partir dos dados coletados, e como objetivos específicos: descrever a Auditoria Atuarial Independente regulamentada pela SUSEP; identificar pontos de desconforto dos consumidores nos relatórios de auditoria atuarial; e avaliar possíveis melhorias dos relatórios de auditoria atuarial enquanto produto produzido e comercializado pelo profissional atuário.

Sendo assim, é importante que o relatório esteja cumprindo o seu papel de informar, orientar e direcionar seus consumidores, tanto dentro quanto fora da empresa, pois é de interesse de todo o mercado segurador e da sociedade verificar se a entidade está tendo desempenho adequado. Dessa forma, esta pesquisa se justifica por buscar compreender a eficácia desse importante instrumento informativo. Ao coletar a opinião dos entrevistados sobre aspectos como estrutura, relevância, clareza, objetividade e propósito do relatório, identificam-se oportunidades de melhoria que possam torná-lo mais funcional e alinhado às expectativas de seus usuários. De acordo com Vecchia (2020), relatórios que incluem tópicos voltados a investidores contribuem para aumentar a transparência das ações tomadas pela empresa e os resultados alcançados, promovendo maior clareza e confiança entre os *stakeholders*. Além disso, a análise das sugestões sobre elementos que poderiam ser agregados ou suprimidos permite avaliar a adequação do conteúdo apresentado às necessidades práticas do mercado. Por meio dessa investigação, espera-se adicionar conhecimento significativo para o aprimoramento da atuação da Auditoria Atuarial Independente, ampliando seu alcance informativo e reforçando seu papel como ferramenta confiável e essencial para a gestão e a mitigação de riscos nas entidades supervisionadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A CIÊNCIA ATUARIAL E O SEGURO

Ainda na Pré-História o homem percebeu que, para garantir a propagação de sua espécie, era necessário proteger-se da natureza, dos animais, das intempéries e de outros humanos e, pelo instinto de sobrevivência, buscou integrar-se a outros grupos. (AZEVEDO, 2018,p.89). Nesse sentido

Pode-se afirmar que a história do seguro acompanha a história, o instinto de preservação do ser humano é observado desde a pré-história, já que a preocupação em se segurar e se proteger de inseguranças e incertezas, como animais, fatores climáticos e da própria natureza, fez com que apenas os mais prevenidos sobrevivessem.(MURBACK;SILVA,2014)

Registros antigos apontam o que a primeira ideia de seguro foi estabelecida no código criado pelo Imperador da Babilônia, Hamurabi (1728-1686 a. C) em meados de 1700 a.C., como coloca Azevedo (2018):

Esse código, que contemplava leis civis, militares, políticas e comerciais, promoveu a criação de uma associação que se encarregava de dar um novo barco aos comerciantes que perdiam o seu em consequência das tempestades, e um novo burro ao comerciante que tivesse perdido o seu, buscando, também, proteger as caravanas que cruzavam os desertos. (AZEVEDO,2018,p.89)

Na Mesopotâmia, em torno de 2.250 a.C., mesmo que de forma rudimentar, revelou-se o entendimento inicial de gestão de riscos quando da distribuição de mercadorias em mais de uma embarcação ou em vários camelos. Dessa forma, afirma Azevedo (2018,p.89) “estavam imbuídos do conceito de diversificação como forma de diminuir o risco”. Da mesma forma, na Grécia antiga, as Leis de Rodes (século IX a.C.) instituíram o conceito de avaria grossa, dividindo prejuízos entre embarcação e carga em caso de sinistro. E, no Império Romano, surgiram as organizações funerárias (*collegia tenuiorum*) cujos membros contribuíam de forma antecipada para garantir o pagamento das despesas com funeral. Segundo Azevedo (2018,p.90)

A partir daí, durante os séculos X e XI, proliferavam sociedades de caráter assistencial, particularmente no tocante ao desaparecimento de bens móveis, escravos ou gados, bem como incêndios e os já citados naufrágios. Essas sociedades acabaram por se transformarem em associações de seguros mútuos.(AZEVEDO,2018,p.90)

Azevedo (2018) comenta que na Idade Média surgiram sociedades para gerir riscos como naufrágios e incêndios e que estas práticas financeiras foram proibidas pelo Papa Gregório IX no século XIII. Segundo Murback *et al.*, “a Igreja proibiu sua prática, alegando que somente a vontade divina seria capaz de prevenir tragédias e infortúnios do homem”. Conforme explica Azevedo (2018) os financiadores, ao tentar contornar as restrições impostas pela Igreja, tomaram a posição de compradores, garantindo o pagamento se ocorresse perda da embarcação, como se fosse a contratação de um seguro:

Com o intuito de burlar os ditames da Igreja, o financiador assumiu a postura de comprador, adiantando o dinheiro; no momento que o navio chegava incólume, quem recebeu o dinheiro se desfazia do acordo e pagava, além do valor emprestado mais um montante, a título de indenização. Caso a embarcação ou a carga se perdesse, o adiantamento corresponderia à indenização pelo sinistro. Foi o prenúncio do prêmio e, para alguns, a origem do seguro.(AZEVEDO,2018,p.90)

Conforme Murback *et al.*, a época das Grandes Navegações, os riscos marítimos aumentaram significativamente devido à pirataria e à precariedade das embarcações, culminando em maiores investimentos para garantir a cobertura. Nesse cenário, surgiram as primeiras sociedades de banqueiros, precursoras das modernas seguradoras. Em 1347, em Gênova, foi registrado formal de seguro marítimo com emissão de apólice.

Dessa forma, a Ciência Atuarial surgiu como ciência da humanidade a partir do século XVII, na Europa, principalmente na Inglaterra e nos Países Baixos, com matemáticos aplicando conceitos de probabilidade e estatística para avaliar riscos de seguros marítimos. Com a Revolução Industrial, o seguro moderno ganhou força na Inglaterra, destacando-se a Lloyd's of London, fundada em 1687. Avanços técnicos, como as tabelas de expectativa de vida de Edmond Halley e os estudos de Pascal

impulsionaram o setor, enquanto o século XVIII marcou o surgimento das primeiras seguradoras especializadas, consolidando o mercado atual (AZEVEDO, 2018).

Silveira (2018,p.20) comenta que

O primeiro trabalho sobre “cálculo de probabilidades” foi realizado em 1654, como resultado do aparecimento e interesse pelos jogos de azar, cujo autor foi Blaise Pascal. Edmund Halley, em 1693, elaborou a primeira tábua para cálculo de probabilidades, segundo a idade, com alguma base técnica. E em 1714, foi fundada a primeira companhia de seguros de vida, a Union, de Londres.(SILVEIRA,2018,p.20)

No Brasil, a história das operações de seguro foi marcada por dois grandes momentos. O primeiro remonta ao ano de 1808 com a vinda da Família Real ao país e, o segundo, à inauguração do Instituto de Resseguros do Brasil (LUMERTZ; GUIMARÃES, 2009):

A história das operações de seguro no Brasil tem dois grandes momentos, sendo que o primeiro coincide com a vinda da Família Real para o Brasil. Em 1808, na Bahia, foi inaugurada a Companhia Boa-Fé, que teve por objetivo os seguros marítimos, mais próprios à época. A essa se seguiram várias outras, de capital nacional ou até mesmo estrangeiro, tais como: Garantia, do Porto, Royal e Liverpool, estas duas últimas da Inglaterra. O segundo momento pode ser definido como tendo iniciado com a inauguração do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), em 1939, por Getúlio Vargas, no período nacionalista. (LUMERTZ; GUIMARÃES, 2009, p.73)

A chegada da realeza ao Brasil marcou o início do desenvolvimento e com ele os primeiros passos do mercado de seguros. De acordo com Azevedo (2018), criação do Banco do Brasil, a abertura dos portos ao comércio internacional e a permissão para a instalação de fábricas indicavam a nova fase econômica do país, mais liberal. Nesse contexto, foi fundada a primeira companhia seguradora do país, denominada Companhia de Seguros Boa-Fé, que seguia normas baseadas na Casa de Seguros de Lisboa. Silveira (2008) explica que, em 1853, na Bahia, foi fundada a primeira companhia brasileira chamada “Interesse Público”, do ramo incêndio.

Na segunda metade do século XIX, o avanço da industrialização e da urbanização, impulsionado pela cultura cafeeira, contribuiu significativamente para a expansão do mercado segurador no Brasil, atraindo também o interesse de seguradoras estrangeiras. Em 1862, a Companhia de Seguros Garantia, da Cidade do Porto, tornou-se a primeira empresa estrangeira autorizada a operar no país (AZEVEDO,2018). A partir do Decreto-Lei 1.1186, de 3 de abril de 1939, surgiu o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) e a prioridade de seus administradores foi definir o perfil, o campo de atuação do mercado segurador brasileiro e regulamentá-lo, a partir de dados estatísticos organizados (CONTADOR; FERRAZ, 2000).

Conforme a economia foi-se modificando e o mercado brasileiro se abrindo, houve aumento dos investimentos e seguradoras multinacionais começaram a se instalar no país. Neste cenário de mudanças e adaptações, a Ciência Atuarial ganhou espaço em diversas áreas para garantir que as entidades honrassem os compromissos assumidos com segurados, participantes, governo e investidores. E, nesse propósito de busca por transparência, regulamentação e, principalmente, por segurança, é que a Auditoria Atuarial Independente ganhou visibilidade.

2.2 AUDITORIA ATUARIAL

O surgimento da auditoria externa, também conhecida como auditoria independente, tem relação com a evolução do sistema capitalista. Inicialmente, as empresas eram de caráter fechado e pertenciam a grupos familiares. Contudo, com a expansão dos mercados e o aumento da competitividade, surgiu a necessidade de ampliar instalações fabris e administrativas, investir em inovação tecnológica e fortalecer os controles e processos internos. Esses esforços foram voltados, sobretudo, para a redução de custos, com os produtos e serviços mais competitivos no mercado. (ALMEIDA, 2017). Dessa forma, a auditoria surgiu da necessidade de investidores e proprietários obterem confirmação sobre a veracidade das informações econômico-financeiras refletidas no patrimônio das empresas investidas. (ATTIE, 2018).

Os investidores buscavam informações financeiras das empresas que fossem altamente confiáveis. Para isso, era essencial que o profissional responsável por examinar essas informações fosse independente da organização e possuísse a qualificação técnica necessária para realizar a tarefa. Nesse sentido, a auditoria externa pode ser definida como o processo de análise das demonstrações financeiras de uma entidade, realizado por um profissional independente (ALMEIDA, 2017). E, de acordo com Crepaldi e Crepaldi (2023, p.63), tem como finalidade verificar se as demonstrações financeiras representam de forma fidedigna a posição patrimonial e financeira da entidade, permitindo a emissão de uma opinião técnica embasada, alinhada às normas contábeis aplicáveis.

Especificamente na esfera atuarial, a Auditoria Independente foi estabelecida pela Resolução nº 311/14 do CNSP, contemplando Sociedades Seguradoras, Sociedades de Capitalização, Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC's) e Resseguradores Locais, com supervisão da SUSEP. De acordo com Minossi (2022), a Auditoria Atuarial é capacitada a avaliar as entidades em aspectos que vão além do escopo da auditoria contábil e, conforme afirma Neves (2024), garante a transparência e a conformidade das práticas atuariais adotadas pelas empresas supervisionadas. Segundo a SUSEP, esta auditoria deve abranger provisões técnicas, ativos de resseguro, limites de retenção, solvência e capital mínimo requerido e a qualidade dos dados disponibilizados pelas auditadas referentes à data base de dezembro, aspectos detalhados na Resolução nº 432/2021.

2.2.1 RELATÓRIO DE AUDITORIA ATUARIAL

O Relatório de Auditoria Atuarial é um documento restrito à supervisionada, ao auditor e à SUSEP e deve concluir de forma objetiva cada item auditado, independente do conjunto das análises ou do que constar no parecer. Dispõe o Pronunciamento CPA 002:

O relatório da auditoria é o documento analítico, no qual o atuário independente descreve sua opinião, de forma clara e objetiva, acerca dos aspectos relevantes verificados em cada item objeto de seu exame, devendo informar sobre a(s) metodologia(s) utilizada(s) para suas análises. As opiniões do atuário independente devem guardar relação com os resultados presentes no relatório de auditoria e refletir adequadamente a situação da Sociedade. (Pronunciamento Atuarial CPA 002, 2022, p. 5)

O Quadro 1 exemplifica um esboço dos itens que devem constar no Relatório de Auditoria Atuarial, segundo CPA 002:

Quadro 1 – Tópicos do Relatório de Auditoria Atuarial

Seção	Descrição e Subitens
1. Introdução	Apresentação das análises conclusivas sobre a adequação dos itens auditados, como provisões técnicas, ativos e solvência.
2. Responsabilidade da Administração	Elaboração dos dados e manutenção de controles internos necessários para evitar distorções relevantes.
3. Responsabilidade do Atuário Independente	Declaração de responsabilidades, metodologia e limitações.
4. Alcance da Auditoria Atuarial	Limitações devido ao uso de testes amostrais e análises de estimativas sujeitas a erros.
5. Contexto Operacional	Descrição sucinta dos principais aspectos das operações da empresa supervisionada.
6. Planejamento da Auditoria	Definição de critérios de materialidade e abordagem para itens materiais e imateriais.
7. Consistência das Bases de Dados	7.1 Considerações gerais 7.2 Procedimentos realizados 7.3 Conclusões 7.4 Recomendações
8. Provisões Técnicas	8.1 Provisões de Prêmios 8.2 Provisões de Sinistros 8.3 Provisões Matemáticas 8.4 Outras Provisões
9. Valores Redutores e Ativos de Resseguro	Direitos Creditórios Custos de Aquisição Diferidos Depósitos Judiciais
10. Limites de Retenção	Procedimentos realizados, conclusões e recomendações sobre limites de retenção por tipo de risco.
11. Conformidade do Capital Mínimo Requerido	Análise da conformidade com os cálculos regulatórios e metodologias aplicadas.
12. Solvência da Empresa	Necessidade de Cobertura X Ativos Garantidores - CMR X PLA Índice de Liquidez X CMR
13. Impacto de Auditorias Anteriores	Avaliação de itens apontados por outras auditorias e suas implicações na auditoria atual.
14. Recomendações Anteriores	Verificação de ações realizadas com base nas recomendações do ano anterior.
15. Recomendações Atuais	Resumo das novas recomendações emitidas neste ano de auditoria.
16. Conclusões Finais	Análise consolidada dos impactos nos itens auditados para suporte ao parecer atuarial.
17. Parecer Atuarial	Apresentação do parecer final baseado em todas as análises e conclusões do relatório.

Fonte: Elaborado pela Autora a partir dos dados públicos CPA 002 (IBA,2024)

Ainda, são procedimentos mínimos, de acordo com o CPA 002, para elaboração do relatório: testes de consistência, recálculos atuariais de forma independente realizados pelo auditor e recálculos de acordo com metodologia prevista em norma ou na nota técnica atuarial da Sociedade. Nesse sentido (CPA 002,2021):

O relatório deve conter, para cada um dos itens do escopo, a descrição dos procedimentos utilizados na análise, o resumo dos resultados obtidos, e a

respectiva conclusão; independentemente se a avaliação indicar adequação ou inadequação. (CPA 002,2021,p.20)

A Resolução CNSP nº 432/2021:

Dispõe sobre provisões técnicas, ativos redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, capitais de risco, patrimônio líquido ajustado, capital mínimo requerido, plano de regularização, limite de retenção, critérios para a realização de investimentos, normas contábeis, auditoria contábil e auditoria atuarial independentes e Comitê de Auditoria aplicáveis a sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores. (CNSP nº 432,2021, p.1)

O art. 109 da Resolução CNSP nº 432/2021 traz de forma discriminada os itens que devem constar no relatório de auditoria atuarial com a análise conclusiva do auditor, dentre eles as provisões técnicas, ativos garantidores, limites de retenção, capital mínimo requerido, base de dados, solvência e valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas. Além dos itens mencionados, nos casos que envolvam questões técnicas-atuariais ou outros fatores que possam afetar a solvência da supervisionada, deve ser observado no relatório o impacto das ressalvas registradas anteriormente pela auditoria interna ou auditoria externa e as respectivas manifestações da supervisionada. Deve ser apresentada a análise sobre as ações da supervisionada perante as recomendações advindas da auditoria precedente, como também ajustes relacionados à variação do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA). Nesse sentido, confere-se no CPA 002:

O relatório deve conter conclusão de cada item auditado de forma independente, e apresentar um capítulo com os ajustes consolidados, indicando se tal valor ultrapassou ou não o seu nível de materialidade (e, em caso positivo, tais indicações devem constar também no parecer). Ou seja, é necessário haver conclusão objetiva segregada para cada item do escopo, e de forma condizente com a respectiva análise apresentada; independentemente do conjunto das análises ou do que efetivamente constará no parecer.(CPA 002,2021,p.19)

O CPA 002 orienta o atuário independente a expressar com clareza sua opinião e que esta esteja alinhada com normas e procedimentos de auditoria aplicáveis. Dessa forma, ao fornecer informações precisas e acessíveis, os relatórios facilitam a disseminação do conhecimento dentro da organização, promovendo a aprendizagem contínua e a tomada de decisão estratégica. Além disso, tornam possível a criação, codificação e transferência de conhecimentos relevantes, fortalecendo a capacidade da organização de inovar e se adaptar.

Trata-se de ferramenta que, além da comunicação, tem papel essencial para a construção de vantagens competitivas sustentáveis. Um relatório de auditoria atuarial independente com alta qualidade informativa, inteligibilidade e clareza contribui diretamente para a gestão do conhecimento organizacional. Sobre a gestão do conhecimento nas organizações, Neto (2007) entende ser:

o conjunto de atividades voltadas para a promoção do conhecimento organizacional, possibilitando que as organizações e seus colaboradores sempre utilizem as melhores informações e os melhores conhecimentos disponíveis, a fim de alcançar os objetivos organizacionais e maximizar a competitividade. Uma gestão com esse objetivo é capaz de estabelecer uma visão estratégica para o uso da informação e do conhecimento, bem como promover a aquisição, a criação, a codificação parcial e a transferência de conhecimentos tácitos e explícitos, estimular e promover a criatividade, a

inovação, a aprendizagem e a educação continuada, além de propiciar um contexto organizacional adequado – ao se reconhecer o papel fundamental da cultura organizacional, das pessoas, seus comportamentos e atitudes – em tempos nos quais a informação e o conhecimento são os únicos fatores capazes de fortalecer as competências essenciais das organizações e contribuir para a consolidação de vantagens competitivas sustentáveis (NETO, 2007, p.2-3)

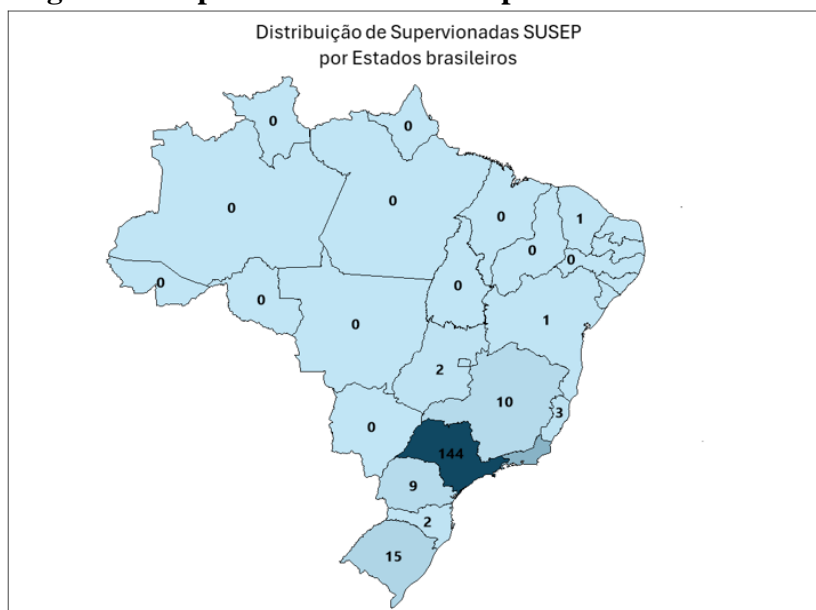
2.3 SETOR AUDITADO: SUPERVISIONADAS SUSEP

O setor securitário brasileiro, campo de análise do presente estudo, possui, atualmente, segundo dados extraídos do site da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em novembro de 2024: 141 sociedades seguradoras, 14 resseguradores locais, 13 entidades abertas de previdência complementar (EAPC's) e 18 sociedades de capitalização (SUSEP, 2024). Segundo síntese do mês de setembro de 2024, o setor supervisionado no Brasil alcançou R\$ 324,55 bilhões de arrecadação, representando um crescimento de 13,4% em relação ao mesmo período de 2023.

Esse avanço reflete o fortalecimento do mercado e a ampliação das operações no segmento. Além disso, o setor devolveu à sociedade R\$ 180,75 bilhões entre janeiro e setembro de 2024, por meio de indenizações, resgates, benefícios e sorteios. Este montante foi 6,27% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior, demonstrando o compromisso das empresas com a proteção e o atendimento aos segurados. Por fim, os produtos de capitalização também tiveram destaque, com uma alta de 6,5% na receita acumulada até setembro de 2024, em comparação ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 23,54 bilhões arrecadados nos nove primeiros meses de 2024. Esses números reafirmam a relevância do setor no contexto econômico brasileiro, tanto pelo impacto direto no PIB quanto pelo papel estratégico na proteção e segurança financeira da população.

A distribuição das empresas supervisionadas pela SUSEP por estados brasileiros pode ser visualizada na Figura 1 a seguir.

Figura 1- Supervisionadas SUSEP por Estados brasileiros



Fonte: Elaborado pela Autora a partir dos dados públicos da SUSEP (2024).

As empresas supervisionadas, quantificadas anteriormente, que por sua natureza administram contratos de transferência de risco (seguradoras, resseguradores, entidades abertas de previdência complementar e sociedades de capitalização), estão obrigadas pela legislação brasileira a constituírem as chamadas Provisões Técnicas, provisionadas em função dos riscos assumidos, as quais constituem o objeto de análise dos Relatórios de Auditoria (SUSEP, 2022). Segundo Barbosa (2013):

Não basta uma seguradora ter o seu total de ativo, hoje, maior que o total de passivo, para ser considerada solvente, é preciso analisar se futuramente os ativos se manteriam maior que os passivos. Para tanto, devem ser realizadas previsões futuras, baseadas em estudos estatísticos e de probabilidades, considerando variáveis aleatórias para a construção de modelos que definam a situação financeira necessária, no presente, para garantir, com o máximo de confiança, a solvência ao longo prazo. Isto acontece no contexto das seguradoras devido à alta variabilidade do passivo. (BARBOSA, 2013, p.8)

Neste universo empresarial, que demanda, anualmente, por obrigação legal, a Auditoria Atuarial Independente (SUSEP, 2022), trabalham, sobre o relatório de auditoria, diversos profissionais que atuam neste mercado supervisionado pela Autarquia Federal, ou seja, são diversos os consumidores das centenas de relatórios de auditoria atuarial independente produzidos anualmente no Brasil, que compõem o foco de análise da presente pesquisa.

2.3.1 CONSUMIDORES DO RELATÓRIO DE AUDITORIA

De maneira geral, no contexto do mercado empresarial, como um todo, os consumidores dos relatórios de auditoria empresarial, particularmente os contábeis, são partes interessadas ou potencialmente impactadas pelas atividades e decisões de uma empresa. Trata-se de grupo de pessoas e/ou organizações chamados de *Stakeholders*, que, conforme escrevem Freedmann e Reed (1983), são “qualquer grupo ou indivíduo, identificável, que possa afetar consecução dos objetivos de uma organização ou que é afetado pela consecução dos objetivos de uma organização” (FREEDMAN; REED, 1983, p.91). Neste ambiente empresarial, os *stakeholders* buscam nos relatórios de auditoria informações relacionadas à performance do negócio, bem como buscam transparência, credibilidade e segurança das informações da empresa.

Ainda, segundo GOLDSCHMIDT *et al.* (2010):

O termo *stakeholder* tem origem no termo *stockholder* (acionista), e amplia o foco da organização, que antes era satisfazer o acionista e passa a ser satisfazer seus públicos de interesse estratégicos, como clientes, funcionários, imprensa, parceiros, fornecedores, concorrentes, sindicatos e a comunidade local. (GOLDSCHMIDT, *et al.*, 2010, p.6)

De forma específica, em relação à Auditoria Atuarial Independente, na pesquisa bibliográfica identificou-se uma escassez sobre este tema, não existindo estudos específicos direcionados aos consumidores dos relatórios de Auditoria Atuarial.

Contudo, de produção obrigatória, o relatório de Auditoria Atuarial Independente é apresentado anualmente por todas as empresas supervisionadas, sendo elaborado sob rígida normatização: Resolução CNSP nº 321/2015, Circular SUSEP nº 517/2015, substituídas pelas Resolução CNSP nº 432/2021 e Circular SUSEP nº 648, CPA 02, que prezam o caráter prudencial da supervisão estatal, tendo como principais pontos auditados segundo esclarece Minossi (2021):

Com base nos relatórios analisados, é possível notar que construção do relatório se dá pela análise de diversos itens relativos a diferentes provisões, base de dados, indicadores de solvência, capital mínimo requerido e outros fatores diversos considerados de importância não somente pelo atuário, mas também pela CNSP e SUSEP, bem como pelo IBA. (MINOSSI, 2022, p.16)

Dada a peculiaridade dos relatórios de auditoria atuarial, eles são consumidos por um público estratégico, incluindo órgãos governamentais, como a SUSEP, que regula o mercado, além do atuário responsável técnico, assistentes e analistas atuariais, que utilizam esses documentos para embasar suas avaliações. Também são usuários investidores e acionistas, interessados na segurança e no desempenho das operações, bem como gerentes, CEOs, diretores e sócios, que dependem dessas informações para a tomada de decisões estratégicas e para assegurar a conformidade com padrões regulatórios e normativos.

Ademais, no processo de auditoria, auditores e supervisionadas mantêm uma relação de proximidade e parceria, e sempre que uma situação adversa é detectada, ocorre um diálogo entre as partes para que seja esclarecida a inconsistência, evitando levar ao parecer pontos não relevantes (NASCIMENTO, 2021).

2.4 ESTUDOS RELACIONADOS

O trabalho de Souza, Alberton e Borba (2017), a partir da análise do novo relatório de auditoria independente (NRA), examinou o grau de complexidade do texto redigido em relação ao modelo antigo, avaliando a inteligibilidade e se as características da empresa de auditoria podem influenciar a clareza, precisão e objetividade do texto. O resultado, obtido a partir do índice Flesh, confirmou que o novo relatório de auditoria independente, após sua revisão, permaneceu incompreensível a muitos de seus leitores, exigindo deles instrução de alto nível. O estudo constatou que as empresas de auditoria podem ter vantagens competitivas no mercado ao incentivarem uma escrita mais compreensível, possibilitando que os relatórios se tornem uma ferramenta positiva nas tomadas de decisão:

Diante do disposto, a inteligibilidade é uma das medidas para avaliar a compreensão do relatório da auditoria independente. O mercado acionário brasileiro é apropriado para realização deste estudo pela exigência de auditoria independente em empresas de capital aberto, atividades reguladas e determinada faixa de faturamento e/ou patrimônio. (SOUZA *et al.* 2017, p.3)

Malaquias e Silveira (2020), após identificarem a necessidade de investigar quais elementos da língua portuguesa influenciam na legibilidade dos relatórios elaborados por empresas nacionais, conduziram um estudo a partir da aplicação do índice *P-PORT*, cujo objetivo foi propor uma medida capaz de realizar a pretendida análise. Após avaliarem os Relatórios da Administração pertencentes às empresas listadas no Índice Brasil 50 (IBrX - 50), reconheceram a presença frequente de características da língua portuguesa que podem ocasionar dificuldade de leitura e compreensão por parte dos usuários externos da informação contábil. Segundo os autores

Desta forma, tem-se um panorama de itens que podem tornar os relatórios publicados pelas empresas mais difíceis de serem lidos. Estes itens deveriam ser evitados pelos elaboradores das demonstrações financeiras. A redução de termos e expressões que se enquadram como anáforas, catáforas, sentenças complexas, negativa dupla, voz passiva, bem como termos incorretos, desconhecidos ou de sentido abstrato, pode auxiliar também na redução de

assimetria informacional entre investidores e gestores. Com a redução (ou mesmo com a eliminação) destes itens, os investidores terão melhores condições de compreender as informações divulgadas pelas empresas. (MALAQUIAS *et al.*, p.140)

Minossi (2022) analisou a evolução dos relatórios de Auditoria Atuarial Independente desde sua implementação obrigatória, no total de 24 relatórios emitidos por três empresas dos segmentos de seguros e previdência. A partir de estudo de caso horizontal de 8 anos, referente aos exercícios contábeis de 2014 a 2021, e abordagem exploratória, foram examinadas as recomendações dos atuários auditores. A análise destacou a ênfase dos atuários auditores na necessidade de aprimoramento dos sistemas de informação e das bases de dados, bem como na criação e manutenção de Notas Técnicas Atuariais nos primeiros anos de obrigatoriedade. Além disso, foram identificadas melhorias nos relatórios, como a inclusão de quadros específicos para recomendações a partir de 2017, mudança que aumentou a clareza e qualidade dos relatórios. O estudo conclui que, de maneira geral, as entidades auditadas têm atendido às recomendações dos auditores, evidenciando uma crescente adaptação às normas regulatórias e às boas práticas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa foi classificada quanto aos aspectos a seguir: abordagem do problema, objetivos e procedimentos técnicos aplicados.

Quanto à abordagem do problema, é classificada como sendo quantitativa, pois utilizou-se das técnicas de estatísticas simples, tais como médias e percentuais para a análise dos dados. De acordo com Richardson (2017), a abordagem quantitativa é uma forma de testar as teorias objetivas e examinar a relação existente entre as variáveis, as quais podem ser dimensionadas por instrumentos, permitindo seu tratamento a partir de métodos estatísticos. A pesquisa quantitativa é organizada e utiliza ferramentas como questionários, enquetes e experimentos, adotando um método sistemático e objetivo para assegurar a confiabilidade e a validade dos dados. O principal objetivo dessa abordagem é analisar a frequência, a intensidade e a distribuição de fenômenos em um contexto específico.

Em relação aos objetivos, esta pesquisa é considerada descritiva e exploratória. Os dados da pesquisa foram extraídos a partir de um questionário disponibilizado aos consumidores dos relatórios de Auditoria Atuarial Independente. Tratadas como variáveis do estudo, as respostas obtidas foram descritas e analisadas, caracterizando esta pesquisa como descritiva. Segundo Gil (2024), a pesquisa descritiva busca extrair de um grupo ou fenômeno, além de suas características, qual o seu nível de entendimento, quais as suas opiniões e atitudes:

As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. (GIL, 2024, p.26)

Segundo Richardson (2017), as pesquisas exploratórias possuem o propósito de obter uma visão geral do objeto estudado, especialmente nos casos em que o tema escolhido ainda não foi muito investigado. Para Gil (2024), este tipo de pesquisa tem como objetivo principal proporcionar uma maior compreensão do problema em questão, buscando torná-lo mais claro ou até mesmo gerar hipóteses. O planejamento desse tipo

de pesquisa é geralmente bastante flexível, dado o interesse em explorar diversos aspectos relacionados ao fenômeno ou fato investigado. Considerando que o tema desta pesquisa é recente, pois é diretamente relacionado à obrigatoriedade da Auditoria Atuarial Independente, sua condução foi dada na forma de pesquisa exploratória.

Os procedimentos técnicos implementados envolveram a aplicação de um questionário estruturado, apresentado no Apêndice, direcionado aos profissionais que possuem envolvimento com relatórios de Auditoria Atuarial Independente, ou seja, que atuam em empresas supervisionadas pela SUSEP. O processo de elaboração das perguntas do questionário ocorreu a partir de referências práticas e teóricas a respeito da atividade de Auditoria Atuarial Independente, como também da análise dos seus relatórios. Considerando que um dos produtos da prestação de serviço de auditoria é o relatório, as questões foram direcionadas à busca dessa relação de consumo entre as partes, no intuito de identificar a satisfação e o que poderia ser melhorado para avaliar esta relação. O questionário, criado a partir do *Google Forms*, foi dividido em 5 seções. A Seção 1 foi estruturada com 5 perguntas investigativas, com o propósito de caracterização da amostra de consumidores. Na Seção 2, foram apresentadas 2 perguntas destinadas a mapear a frequência com que o entrevistado tem contado com o relatório.

Com o maior número de questões, a Seção 3 contou com 14 afirmativas sobre assuntos específicos do relatório de auditoria, em que as respostas foram coletadas utilizando-se o método de Escala Likert de 5 pontos, em que o nível de concordância é avaliado conforme a pontuação que as afirmações recebem. De acordo com Richardson (2017):

A técnica escalar mais difundida nas ciências sociais foi elaborada pelo estatístico norte-americano Rensis Likert (1932). Um instrumento construído de acordo com os princípios elaborados por esse autor é denominado “Escala Likert”. É composto por um conjunto de frases denominados “itens”, a cada qual a pessoa deve expressar seu grau de concordância. (RICHARDSON,2017,p.173)

Na Seção 4, os entrevistados puderam escolher, dentre as opções com tópicos variados, quantas alternativas julgaram aplicáveis. Por fim, a Seção 5, diferentemente das anteriores, foi contemplada com uma pergunta de resposta curta.

A coleta de informações deu-se pelo formato *online*, possibilitando que profissionais de variadas localidades pudessem responder o questionário mediante a sua divulgação em grupos de *WhatsApp*. Após formada a base de dados da pesquisa, a análise foi realizada por meio de técnicas estatísticas descritivas, utilizando-se de frequências e porcentagens.

A população objeto desta pesquisa é composta por sócios, diretores, gerentes, analistas, estagiários e outros profissionais envolvidos com a auditoria atuarial dentro das empresas supervisionadas. O questionário permaneceu aberto pelo período de 15 dias, a contar de 30 (trinta) de outubro de 2024, recebendo ao final, o total de 39 respostas.

4 ANÁLISE DOS DADOS

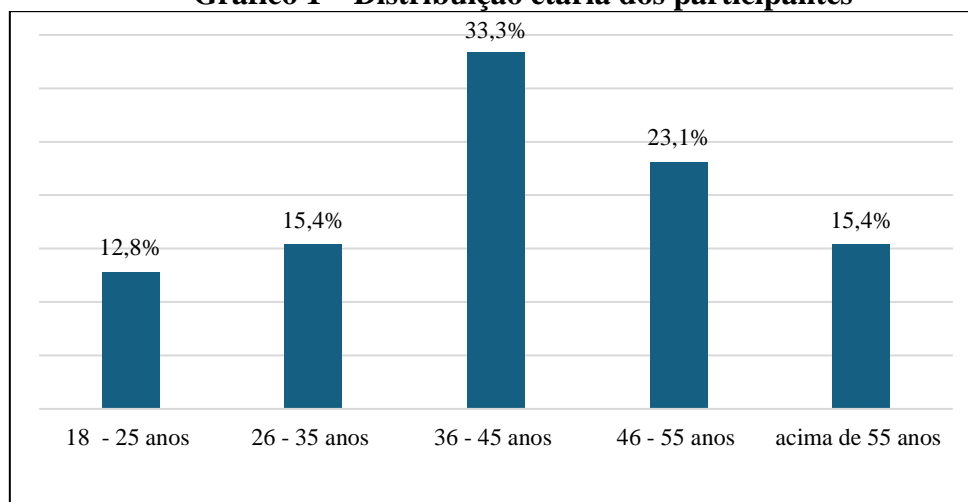
Nesta seção serão apresentados os resultados da pesquisa, realizada a partir do questionário descrito no capítulo 3 anterior, sobre a percepção, pelos consumidores, dos relatórios de Auditoria Atuarial Independente. A análise buscou identificar qual a visão dos consumidores do produto relatório em relação à relevância, clareza, capacidade de informação e objetividade.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Inicialmente é apresentada a caracterização da amostra cujo total foi de 39 pessoas. Para esta etapa, especificamente sobre o entrevistado, foram coletadas informações sobre idade (dentro de 5 intervalos de faixa etária), cargo na empresa auditada, tempo de atuação na área atuarial e segmento(s) de atuação da empresa no mercado. Para a pergunta referente à área de atuação no mercado brasileiro, foi possível escolher mais de uma das alternativas daquelas que foram disponibilizadas para marcação.

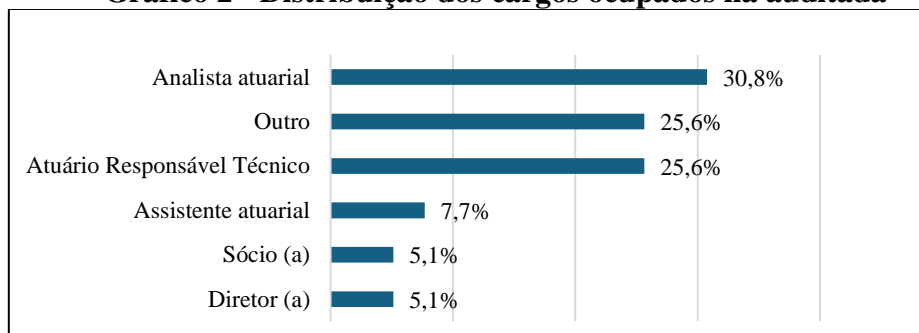
A Gráfico 1 revela que a faixa etária predominante entre os respondentes é de 36 a 45 anos, representando 33,3% do total. Em seguida, destaca-se a faixa de 46 a 55 anos, com 23,1%, enquanto as faixas de 26 a 35 anos e acima de 55 anos possuem participação igual de 15,4% cada. Por fim, a menor representatividade é a do grupo de 18 a 25 anos, com 12,8%. Os dados mostram que a maioria dos participantes está nas faixas intermediárias de idade (36 a 55 anos), compondo 56,4% do total e, conforme Neves (2024), que em sua pesquisa constatou a presença de profissionais de 56, 62 e 65 anos, o fato sugere a contribuição valiosa de anos de experiência na atividade de auditoria atuarial, indicando profissionais em estágio avançado de suas carreiras, que acumulam *expertise* nesta área.

Gráfico 1 – Distribuição etária dos participantes



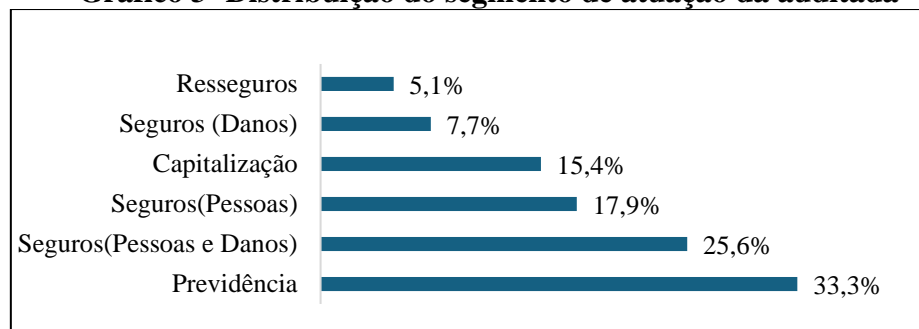
Fonte: Elaborado pela Autora com base nos dados coletados (2024)

A Quanto ao cargo ocupado na empresa auditada, as respostas ficaram mais concentradas no cargo de Analista Atuarial, contemplando 30,8% das respostas dos entrevistados. Com um percentual não muito baixo, a opção “Outro” recebeu 25,6% de marcação, que foi o mesmo percentual das respostas para o cargo de Atuário(a) Responsável Técnico. Evidenciou-se uma situação em que um cargo técnico atuarial recebeu o mesmo número de respostas da alternativa genérica “Outro”, numericamente expressiva. Este resultado pode indicar que as opções apresentadas não abrangeram parcela significativa da amostra, ou seja, há profissionais de áreas não mencionadas que caracterizaram a amostra. Em seguida ficou o cargo de Assistente Atuarial com o equivalente de 7,7% das respostas, seguido pelas opções de Sócio (a) e Diretor(a), ambas com 5,1% do total da escolha dos entrevistados. Os dados estão demonstrados na Gráfico 2:

Gráfico 2 - Distribuição dos cargos ocupados na auditada

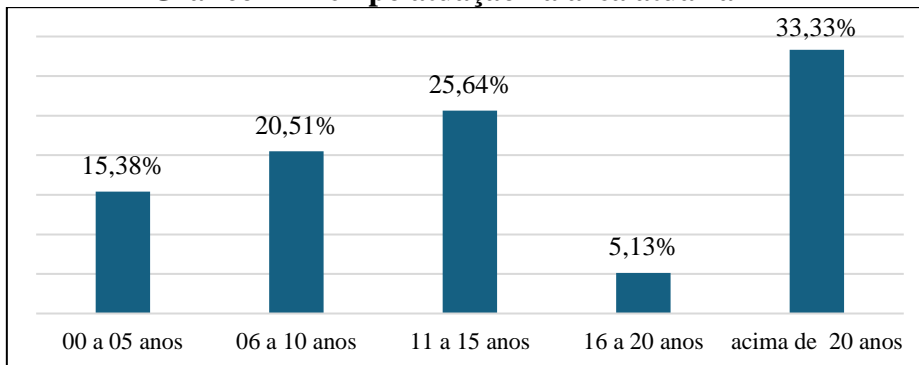
Fonte: Elaborado pela Autora com base nos dados coletados (2024)

Em relação ao segmento de atuação da empresa auditada, a área de Previdência teve o maior percentual de escolha, com 33,3% e, a de Seguros (Danos e Pessoas), ficou com 25,6% das respostas. O ramo de Seguros (Pessoas) teve 17,9% das respostas, Capitalização 15,4%, Seguros (Danos) 7,7%, e o segmento menos frequente foi o de Resseguros. Nesta abordagem, o entrevistado poderia escolher mais de uma alternativa e, por este motivo, a Gráfico 3 apresenta a soma das frequências superior a 100%.

Gráfico 3 - Distribuição do segmento de atuação da auditada

Fonte: Elaborado pela Autora com base nos dados coletados (2024)

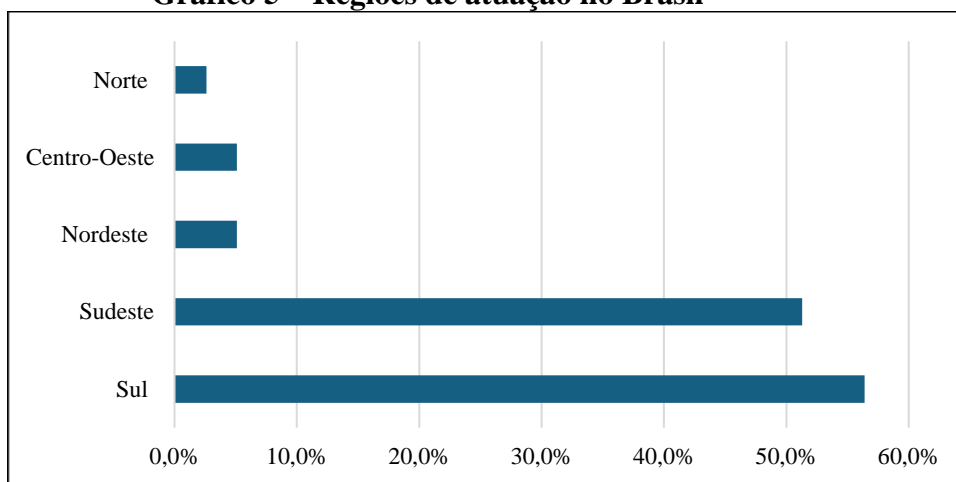
A respeito do tempo de atuação na área atuarial, os dados dispostos na Gráfico 4 revelam distribuição do tempo de atuação na área atuarial, com maior proporção (33,33%) de profissionais atuando há mais de 20 anos, seguida por 25,64% com experiência de 11 a 15 anos e 20,51% entre 6 a 10 anos. Apenas 5,13% possuem entre 16 e 20 anos de atuação, evidenciando uma concentração em profissionais com maior ou menor tempo de carreira.

Gráfico 4 - Tempo atuação na área atuarial

Fonte: Elaborado pela Autora com base de dados coletados (2024)

Para a região de atuação do profissional, também com possibilidade de escolha de mais de uma alternativa, a Gráfico 5 mostra a distribuição de atuação no Brasil, com predominância no Sul (56,4%) e Sudeste (51,3%). As regiões Nordeste e Centro-Oeste possuem menor representação, ambas com 5,1%, enquanto o menor percentual é observado no Norte (2,6%). Isso evidencia uma concentração de atividades nas regiões Sul e Sudeste do país, fator representativo de maior demanda por auditoria atuarial.

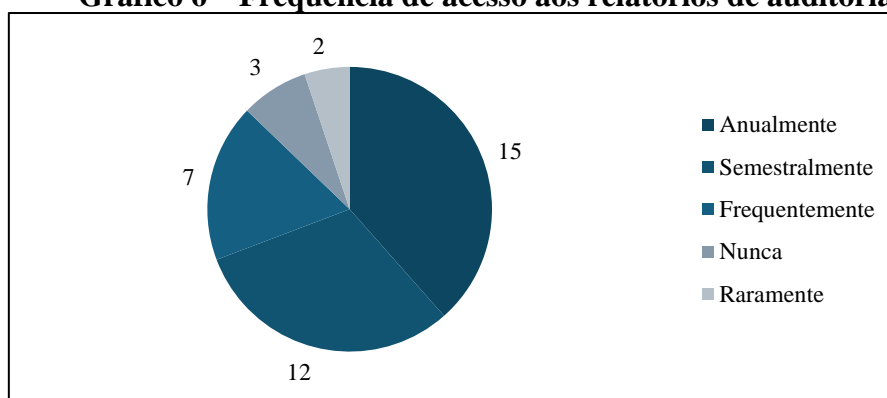
Gráfico 5 – Regiões de atuação no Brasil



Fonte: Elaborado pela Autora com base de dados coletados (2024)

Também com intuito de caracterizar a amostra, a pesquisa contou com perguntas específicas sobre contato com os relatórios de Auditoria Atuarial Independente. Dentre os entrevistados, 3 afirmaram nunca terem lido ou tido contato.

Gráfico 6 – Frequência de acesso aos relatórios de auditoria



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados (2024)

Sobre a frequência ao acesso a relatórios de Auditoria Atuarial Independente, a partir da Gráfico 6, verifica-se que a maioria dos respondentes os acessa anualmente (15) ou semestralmente (12), indicando relação com data-base de realização do processo de auditoria independente e com a publicação das demonstrações financeiras, respectivamente. Apenas 7 utilizam como meio de pesquisa frequente durante o ano, enquanto raramente (2) ou nunca (3) são opções menos comuns.

4.2 ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS CONSUMIDORES DOS RELATÓRIOS DE AUDITORIA ATUARIAL INDEPENDENTE

Depois da caracterização da amostra, esta pesquisa passou a abordar aspectos específicos dos relatórios com objetivo de captar a percepção dos seus consumidores, mediante 14 questões formuladas com afirmativas sobre o tema, e o respondente deveria escolher a que mais refletia sua percepção. Utilizando a escala psicométrica Likert, as respostas dos entrevistados foram coletadas e analisadas. Os resultados foram organizados em dois temas principais: I) Clareza e Compreensão e II) Relevância.

Tabela 1 – Clareza dos Relatórios de Auditoria Atuarial Independente

Afirmações	Discordo Totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Totalmente
Os relatórios AAI são claros e fáceis de entender.	0	5	2	27	5
Os termos técnicos e metodologias de cálculo utilizados nos relatórios de AAI são adequadamente explicados.	0	8	3	23	5
Os relatórios de AAI apresentam boa redação e linguagem acessível, permitindo uma leitura técnica fluida, inclusive para não atuários.	0	15	5	16	3
Os relatórios de AAI são estruturados e objetivos apresentando sequenciamento técnico adequado.	0	5	4	20	10
A leitura dos relatórios de AAI é cansativa ou extensa em algum ponto.	0	8	9	17	5
Tabelas, gráficos e/ou quaisquer imagens ilustrativas que se destinem a facilitar o entendimento das questões técnicas abordadas nos relatórios de AAI, em geral, não acrescentam muita relevância técnica e poderiam ser evitados.	7	23	4	5	0

Fonte: Elaborado pela Autora com base nos dados coletados (2024)

A Tabela 1, na qual se verifica o resultado da pesquisa a respeito da clareza e compreensão dos relatórios de Auditoria Atuarial Independente, revela uma percepção predominantemente positiva dos respondentes. A maioria dos respondentes (27 concordaram e 5 concordaram totalmente) considera que os relatórios são claros e fáceis de entender, o que sugere uma comunicação eficaz, capaz de proporcionar a compreensão das informações apresentadas. Além disso, a afirmação sobre os termos técnicos e as metodologias de cálculo utilizados também obteve uma resposta majoritária favorável, com 23 concordando e 5 concordando totalmente, o que indica que a maioria dos participantes considera que os aspectos técnicos são explicados de forma adequada.

A estrutura e o sequenciamento dos relatórios também receberam avaliações em sua maioria positivas. Com 20 respondentes concordando e 10 concordando totalmente, é possível perceber que, para a maioria, os relatórios apresentam uma organização técnica adequada. Contudo, houve algumas discordâncias, o que pode sugerir que ainda existam pontos de melhoria no que diz respeito à clareza estrutural ou à organização dos conteúdos, que poderiam ser mais bem delineados para facilitar a leitura e a compreensão

dos dados. Outro ponto relevante é a percepção sobre a leitura dos relatórios, com 17 respondentes indicando que não consideram a leitura cansativa ou extensa. Isso sugere que, no geral, os relatórios são suficientemente objetivos e não exigem um esforço excessivo para serem compreendidos.

Sobre a avaliação sobre os gráficos, tabelas e imagens ilustrativas, revela-se que, apesar de alguns acreditarem que esses recursos não agregam muita relevância técnica (com 6 discordando), a maioria dos respondentes (20 concordando e 5 concordando totalmente) considera que as imagens ajudam na compreensão das questões técnicas abordadas. Isso sugere que, embora haja uma percepção de que as ilustrações podem ser mais bem aproveitadas, elas são, em grande parte, vistas como ferramentas úteis para facilitar a compreensão dos relatórios.

Já em relação à redação e à acessibilidade da linguagem, observa-se uma diversidade maior nas respostas. A afirmativa sobre boa redação e linguagem acessível recebeu 15 discordâncias e 16 respostas favoráveis, sugerindo que, embora muitos considerem os relatórios bem redigidos, uma parte significativa dos respondentes acredita que a linguagem pode ser mais acessível e, na mesma linha de percepção, Miranda, Reina e Lemes (2018) comentam que “a compreensão das informações divulgadas pelas empresas em parte depende do nível de complexidade com que essas informações são veiculadas” (MIRANDA et. al.,2018, p.1).

Para captar o nível de percepção através da escala Likert, classificaram-se os resultados em *rankings* médios de frequência, apurados por meio da média ponderada das respostas coletadas. A escala utilizada possui 5 pontos e cada nível de concordância recebe uma pontuação (1 = discordo totalmente; 2 = discordo; 3 = não concordo nem discordo; 4 = concordo; 5 = concordo totalmente). Ao final, cada afirmativa ficou com seu *ranking* médio de frequência do nível de concordância, como consta na Tabela 2.

Tabela 2 – Ranking médio de frequência

Afirmações	RM < 10A	RM > 10A	RM- GERAL
Os relatórios de Auditoria Atuarial Independente são claros e fáceis de entender.	3,9	3,8	3,8
Os termos técnicos e metodologias de cálculo utilizados nos relatórios de auditoria independente são adequadamente explicados.	3,5	3,7	3,6
Os relatórios de Auditoria Atuarial Independente apresentam boa redação e linguagem acessível, permitindo uma leitura técnica fluida, inclusive para não atuários.	2,9	3,3	3,2
Os relatórios de Auditoria Atuarial Independente são estruturados e objetivos, apresentando sequenciamento técnico adequado.	3,7	4,0	3,9
A leitura dos relatórios de Auditoria Atuarial Independente é cansativa ou extensa em algum ponto.	3,9	3,3	3,5
Tabelas, gráficos e/ou quaisquer imagens ilustrativas que se destinem a facilitar o entendimento das questões técnicas abordadas nos relatórios de Auditoria Atuarial Independente, em geral, não acrescentam muita relevância técnica e poderiam ser evitados.	2,1	2,2	2,2

Nota: RM < 10A = Ranking Médio dos consumidores que atuam há menos de 10 anos no setor atuarial; RM >10 A = Ranking Médio dos consumidores que atuam há mais de 10 anos no setor atuarial

Fonte: Elaborado pela Autora com base nos dados coletados (2024)

Para análise deste nível, foi feita a divisão da amostra em dois grupos: o primeiro grupo contempla consumidores que atuam no setor de auditoria atuarial há menos de 10 anos (14 respondentes) e, o segundo, refere-se aos que estão na área há mais de 10 anos

(25 respondentes). Os valores, dentro de uma escala de 1 a 5, inferiores a 3, representam discordância e, valores superiores, concordância, enquanto valores iguais a 3 indicam não haver percepção clara de concordância ou não.

Na análise, verificou-se que apenas para a afirmativa de que os relatórios de Auditoria Atuarial Independente apresentam boa redação e linguagem acessível, permitindo uma leitura técnica fluida, inclusive para não atuários, houve diferença na percepção de cada grupo. Para o público com menos de 10 anos, o *ranking* médio foi 2,9 e o geral foi de 3,2, valor próximo do público com mais de 10 anos de experiência (3,3), evidenciando discordância em relação à afirmativa. Esta situação sugere que os consumidores com mais experiência no mercado possuem mais conhecimento e naturalmente familiarizados com os termos técnicos e os procedimentos de auditoria presentes nos relatórios e isso proporciona uma leitura com mais fluidez.

A Tabela 3 a seguir verifica a percepção dos consumidores quanto à relevância dos relatórios em aspectos como influência na tomada de decisões, recomendações, atendimento às normas e ferramenta de apoio da supervisionada.

Tabela 3 – Relevância dos Relatórios de Auditoria Atuarial Independente

Afirmações	Discordo Totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Totalmente
Os relatórios AAI influenciam as decisões financeiras, econômicas e estratégicas da empresa auditada.	0	3	6	19	11
As recomendações dos relatórios de AAI são atendidas pela auditada.	1	2	4	19	13
As recomendações dos relatórios de AAI são relevantes para qualificação das ações técnicas da auditada.	0	1	2	18	18
A opinião sucinta do Atuário Independente no parecer é clara.	0	2	2	22	13
Os relatórios de auditoria atuarial servem, ordinariamente, apenas para atender às exigências regulatórias.	5	18	4	11	1
Os relatórios de AAI contribuem para transparência e integridade da empresa auditada.	0	1	0	15	23
Há pontos que podem ser melhorados nos relatórios de AAI.	0	0	7	23	9
Os relatórios de AAI atendem ao seu propósito.	0	0	3	29	7

Fonte: Elaborado pela Autora com base nos dados coletados (2024)

A análise dos dados da Tabela 3 revela uma percepção, em sua maioria, positiva sobre a importância e a eficácia dos relatórios de Auditoria Atuarial Independente. Sobre a influência nas decisões financeiras, econômicas e estratégicas da empresa, 19 respondentes concordando e 11 concordando totalmente, sugerindo que, para a maioria dos consumidores, são influentes neste aspecto. O resultado está de acordo com a perspectiva apresentada por Souza (2016) de que a relevância da informação está diretamente relacionada à sua capacidade de influenciar objetivos, ampliar o entendimento ou impactar as decisões dos usuários. Para que essas expectativas sejam atendidas, é essencial que a informação seja confiável, ou seja, que represente, com precisão, os fenômenos aos quais se refere e permita a verificação de suas fontes, assegurando sua credibilidade e utilidade

Quanto à afirmativa de que as recomendações são atendidas, houve 19 respondentes concordando e 13 concordando totalmente, o que indica que, na visão dos participantes, a empresa auditada tende a seguir as orientações apresentadas nos relatórios e, conforme coloca Minossi (2022) em sua pesquisa, as auditadas devem considerar os apontamentos com o objetivo de aprimorar suas operações e adequá-las às normas vigentes. Além disso, estas recomendações foram consideradas relevantes para a qualificação das ações técnicas da auditada, dado que 18 concordaram e 18 concordaram totalmente. Em relação à clareza da opinião do Atuário Independente no parecer, 35 respondentes manifestaram concordância ou concordância total, reforçando a percepção de que as informações transmitidas são claras e compreensíveis, enquanto apenas 4 respondentes discordaram ou se mantiveram indiferentes.

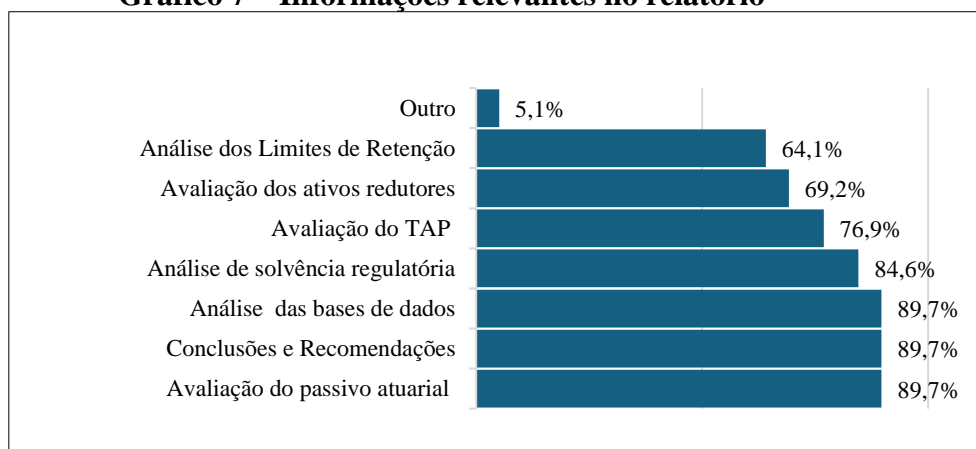
No entanto, ao avaliar a funcionalidade dos relatórios no atendimento às exigências regulatórias, observa-se uma opinião mais dividida. Embora 23 respondentes discordem da visão de que os relatórios servem apenas para cumprir requisitos regulatórios, 12 concordam com essa afirmativa, indicando que, apesar do reconhecimento de outras funções dos relatórios, ainda há quem os associe predominantemente à conformidade regulatória. Por fim, a maioria indicou que os relatórios, apesar de cumprirem com seu propósito, podem ser aperfeiçoados.

4.3 PERGUNTAS FECHADAS E PERGUNTA ABERTA

Por fim, além das afirmativas para as quais os respondentes avaliaram as suas percepções manifestando concordância ou discordância, a presente pesquisa também submeteu ao questionamento perguntas fechadas sobre quais são as informações relevantes no relatório de Auditoria Atuarial Independente, onde os entrevistados poderiam marcar mais de uma opção, dentre as seguintes: i) Avaliação do passivo atuarial (Provisões Técnicas); ii) Avaliação do TAP (Teste de Adequação do Passivo), iii) Avaliação dos ativos redutores, iv) Análise de solvência regulatória, v) Análise da consistência das bases de dados, vi) Análise dos Limites de Retenção, vii) Conclusões e Recomendações e viii) Outro.

A partir das respostas coletadas, foi elaborado o Gráfico 7 representativo da opinião dos consumidores quanto aos itens relevantes dos relatórios:

Gráfico 7 – Informações relevantes no relatório



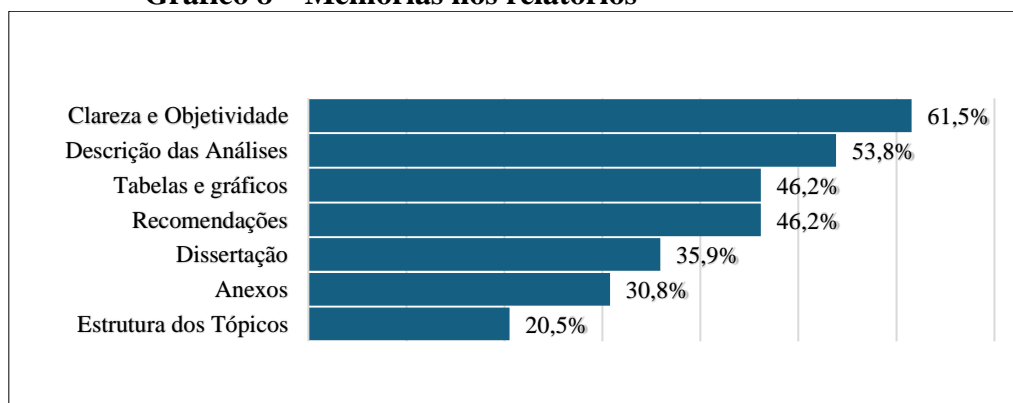
Fonte: Elaborado pela Autora com base nos dados coletados (2024)

A Gráfico 7 destaca a predominância das informações de itens relacionados à análise da consistência dos dados e provisões técnicas, ambas com 89,7%, confirmando que impactam diretamente no resultado financeiro das companhias de seguros (DUARTE,2021). As recomendações, também com 89,7%, foram consideradas relevantes pois, além de direcionarem as supervisionadas para o alinhamento de alguma possível inconformidade, contêm sugestões e devem ser observadas a fim de adequação às normas (MINOSSI,2022). A análise da solvência regulatória apresentou 84,6%, indicando a preocupação com a capacidade da supervisionada em cumprir suas obrigações atuais e futuras conforme regulamentação (CNSP,2021). O TAP teve alta consideração pelos respondentes, com 76,9% refletindo sua importância, dado que deve ser apurado obrigatoriamente a cada semestre (SUSEP, 2010). A avaliação dos ativos redutores e análise dos limites de retenção tiveram 69,2% e 64,1% respectivamente, indicando serem relevantes pois têm relação com a diminuição da necessidade de cobertura das provisões técnicas e com a responsabilidade máxima que a supervisionada pode assumir (SUSEP,2021). Por fim, 5,1% escolheram outro como resposta, sugerindo que as alternativas não abrangeram todos os aspectos que os respondentes entendem como relevantes no relatório de auditoria.

Outra pergunta fechada submetida aos respondentes cinge-se à opinião sobre em quais pontos os relatórios de Auditoria Atuarial Independente podem ser melhorados, na qual os entrevistados poderiam escolher as opções de: i) Clareza e objetividade, ii) Dissertação, iii) Estrutura dos tópicos, iv) Descrição das análises, v) Recomendações, vi) Tabelas e gráficos e vii) Anexos.

Como resultado obteve-se a distribuição de respostas vide Gráfico 8:

Gráfico 8 – Melhorias nos relatórios



Fonte: Elaborado pela Autora com base nos dados coletados (2024)

Os resultados extraídos a partir da Gráfico 8 evidenciam que a maior parte dos respondentes aponta como prioridade a clareza e objetividade, com 61,5%. Em seguida, a descrição das análises é mencionada por 53,8% dos participantes, evidenciando a necessidade de detalhamento das informações. Melhorias em tabelas e gráficos e recomendações aparecem com 46,2% cada, sugerindo a importância de elementos visuais para aprimorar o alcance da informação. Outros aspectos mencionados incluem a dissertação (35,9%), os anexos (30,8%) e a estrutura dos tópicos (20,5%), reforçando que a organização geral do conteúdo também pode ser um ponto de atenção. Esses resultados sugerem que a apresentação clara e estruturada, aliada ao detalhamento e à objetividade, é essencial para a eficácia dos relatórios.

Ainda, com fins de obter-se dados qualitativos sobre o objeto de pesquisa, o questionário disponibilizou uma questão com resposta aberta, indagando os entrevistados sobre: “Qual informação adicional você gostaria de ver nos relatórios de Auditoria

Atuarial Independente?”. A partir das respostas obtidas nesta questão, foi elaborado um quadro sintetizando as respostas por categorias, visando uma melhor análise dos dados qualitativos, conforme segue apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Percepções e Sugestões para Relatórios de Auditoria Atuarial: Informações adicionais

Categoria	Síntese das Respostas
Nenhuma Sugestão/Resposta Neutra	Muitos respondentes indicaram não ter sugestões adicionais ou consideraram que os relatórios já atendem bem às suas necessidades, demonstrando uma satisfação ou neutralidade em relação aos conteúdos apresentados.
Desejo por Maior Clareza e Menos Padronização	Alguns respondentes apontaram que a padronização excessiva dificulta a localização de informações relevantes e sugeriram uma maior clareza nos relatórios para que as conclusões fiquem mais acessíveis e diretas.
Sugestões de Inclusão de Informações Específicas	Diversos participantes mencionaram a necessidade de informações adicionais, como comparativos setoriais, detalhamento de indicadores e prazos para adequação, sugerindo que tais adições poderiam melhorar a utilidade dos relatórios.
Formatos Alternativos para Facilitar a Leitura e Compreensão	Houve sugestões para incluir gráficos e um resumo gerencial conciso, que sintetize as informações críticas, tornando o conteúdo dos relatórios mais acessível e facilitando a tomada de decisões.
Percepção de Completude	Alguns respondentes afirmaram que os relatórios, quando bem elaborados, já abrangem os temas necessários, destacando que o problema ocorre em relatórios que não seguem os parâmetros mínimos, comprometendo o valor agregado para os usuários.

Fonte: Elaborado pela Autora com base nos dados coletados(2024)

Conforme podemos observar do Quadro 2 apresentado acima, as respostas indicam cinco principais categorias de respostas. Uma parcela dos respondentes demonstrou satisfação com os relatórios atuais, indicando não haver necessidade de informações adicionais. Contudo, outros apontaram a necessidade de maior clareza e menos padronização, ressaltando que a formatação excessivamente padronizada dificulta a localização de informações relevantes. Foi mencionada também a inclusão de dados específicos, como comparativos setoriais e prazos de adequação, visando aumentar a utilidade prática dos relatórios. Além disso, surgiram sugestões para a adoção de formatos alternativos, como gráficos e resumos concisos, com o objetivo de facilitar a leitura e a compreensão. Por fim, alguns participantes reforçaram a importância da completude dos relatórios, observando que, quando bem elaborados, atendem às necessidades essenciais, enquanto relatórios incompletos comprometem o valor agregado para os usuários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo avaliar a percepção, pelos consumidores, do conteúdo dos relatórios de Auditoria Atuarial Independente das empresas supervisionadas pela SUSEP, focando na clareza, acessibilidade e adequação da linguagem utilizada em sua elaboração. Mediante a coleta de dados, via questionário direcionado ao público usuário deste documento oficial de auditoria atuarial, considera-se que o propósito da pesquisa foi atingido. As respostas coletadas agregam conhecimento sobre a visão dos consumidores em relação aos relatórios, partindo de referências como legibilidade, clareza, dissertação, funcionalidade, informação, objetividade, relevância, entre outros.

Destacando a originalidade da abordagem e, considerando a escassez de pesquisas anteriores voltadas para a percepção dos relatórios de Auditoria Atuarial Independente

pelos seus consumidores, são muitas as contribuições deste estudo ao abranger diversas áreas de interesse. Do ponto de vista acadêmico, o estudo preenche uma lacuna importante ao explorar como esses relatórios são recebidos e compreendidos pelos usuários, estabelecendo uma base sólida para futuras investigações sobre o tema. No aspecto social, enriquece a auditoria atuarial que, embora ainda não popular fora de seu contexto operacional, representa um pilar de sustentação do mercado segurador brasileiro. No âmbito da regulação, a identificação de possíveis melhorias e as expectativas dos usuários auxiliam no alinhamento entre normativas e mercado. E tanto as supervisionadas quanto os auditores são beneficiados com os resultados obtidos deste trabalho, que indicou aspectos importantes que merecem ser aprimorados para qualificar a comunicação entre os interessados.

Muito embora voltado para um público específico, composto por auditores, entidades supervisionadas e a SUSEP, seu impacto reflete diretamente na segurança e na confiabilidade do mercado segurador, assegurando o cumprimento dos benefícios contratados pela sociedade, que, como consumidora deste setor, também se beneficia de sua relevância para a estabilidade econômica e o desenvolvimento da economia brasileira.

A análise demonstrou que boa parte dos consumidores considerou que os relatórios de auditoria não atendem plenamente às expectativas de clareza e acessibilidade e que não proporcionam uma boa redação e linguagem acessível, não permitindo uma leitura técnica fluida, inclusive para não atuários. Esta evidência se apresentou em um resultado dividido, onde quase a metade dos entrevistados concordou com a afirmativa (16) e a outra metade (15) discordou. Dessa forma, a partir da avaliação de correlação destas respostas com o tempo de atuação no setor atuarial, verificou-se que há correlação entre percepção de que os relatórios não possuem uma boa redação e linguagem acessível, não permitindo uma leitura técnica fluida, inclusive para não atuários, e a magnitude de tempo de trabalho.

Contudo, este resultado não necessariamente denota uma deficiência na comunicação, que possa impactar diretamente na qualidade, transparência, e até mesmo na utilidade dos relatórios, uma vez que a ciência atuarial é considerada uma matéria complexa, com especificidades que muitas vezes não são de fácil alcance para um público mais amplo, podendo incluir, inclusive, importantes *stakeholders* das empresas supervisionadas, como gestores (não atuários), investidores e demais *stakeholders* (não atuários).

Outro ponto que se destacou na análise da percepção dos consumidores dos relatórios de auditoria atuarial foi a discordância quanto à afirmação de que “Tabelas, gráficos e/ou quaisquer imagens ilustrativas que se destinem a facilitar o entendimento das questões técnicas abordadas nos relatórios de Auditoria Atuarial Independente, em geral, não acrescentam muita relevância técnica e poderiam ser evitados”, demonstrando que, de forma geral, os consumidores demandam mais elementos gráficos e didáticos, que visam facilitar o entendimento das questões técnicas abordadas nos relatórios, não havendo, portanto, aversão a estes recursos que poderiam ser, em última análise, vistos como desnecessários.

Também a partir da análise das respostas da pergunta aberta destaca-se que, embora muitos consumidores dos relatórios de Auditoria Atuarial Independente demonstrem satisfação com o conteúdo atualmente disponibilizado, há demandas importantes por melhorias. Evidenciou-se a necessidade de maior clareza e menor padronização, indicando que a formatação excessivamente uniforme pode dificultar a identificação de informações relevantes.

Adicionalmente, foram sugeridas inclusões específicas, como comparativos setoriais e prazos de adequação, para aumentar a utilidade prática dos relatórios. Os

respondentes também ressaltaram o papel de formatos alternativos, como gráficos e resumos gerenciais, na facilitação da compreensão e acessibilidade dos documentos. Por fim, destacou-se a relevância da completude dos relatórios, observando que, embora bem elaborados, atendam às necessidades essenciais, lacunas podem comprometer seu valor agregado. Esses apontamentos reforçam a importância de adaptações que alinhem os relatórios às expectativas dos usuários, promovendo sua funcionalidade e eficácia como ferramentas estratégicas e regulatórias.

Com base nos resultados, percebe-se que as empresas de auditoria atuarial podem investir em melhorias nos relatórios de auditoria atuarial, no desenvolvimento de seu produto, buscando sempre adotar uma linguagem mais clara, mas não menos técnica, sempre que possível, sem comprometer a precisão das análises. Essas adaptações podem melhorar a compreensão e a confiança nos relatórios, promovendo uma cultura de maior transparência e acessibilidade na comunicação dos resultados atuariais.

Alinhado a esse aprimoramento, fica evidenciada a necessidade de incluir um tópico no relatório que traga as informações de interesse dos investidores de forma clara e objetiva, evitando ao máximo a assimetria da informação.

A inclusão de resumo voltado aos investidores no relatório de auditoria atuarial é essencial para atestar a capacidade da organização em honrar seus compromissos futuros, traduzindo a parte técnica atuarial em números e dados que espelhem a solvência da organização. Dessa forma, as decisões gerenciais são demonstradas de forma mais transparentes afastando as dúvidas no momento de aportes de capital

A limitação da pesquisa foi identificada quanto à capacidade de abrangência da amostra em relação ao perfil dos consumidores, que é naturalmente mais restrita ao setor atuarial, não sendo eficiente ao especificar outras áreas.

Como sugestão para futuros estudos, seja feita análise segregada por área de conhecimentos dentro da supervisionada, o que pode possibilitar a identificação de diferentes percepções, de acordo com a formação profissional do consumidor do relatório.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. **Auditoria - Abordagem Moderna e Completa**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. *E-book*, p.420.

NETO, R. C. D. **Gestão de Conhecimento em organizações: proposta de mapeamento conceitual integrativo**. Rio de Janeiro, Saraiva, 2007, *E-book*

BARBOSA, J. **Linhas de Solvência Utilizando Medidas de Risco**. 2013. Dissertação (Mestrado em Estatística) – Programa de Pós-Graduação em Estatística, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-9ADK4Z>. Acesso em 03 nov.2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. **Resolução CNSP N° 118, de 22 de dezembro 2004**. Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar e sobre a criação do Comitê de Auditoria. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www2.susep.gov.br/safe/scripts/bnweb/bnmapi.exe?router=upload/5270>. Acesso em: 11 nov. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. **Resolução CNSP N° 311, de 16 de junho de 2014.** Dispõe sobre a prestação de serviços de Auditoria Atuarial Independente para as sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores locais. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www2.susep.gov.br/safe/scripts/bnweb/bnmapa.exe?router=upload/12525>. Acesso em: 11 nov. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. **Resolução CNSP N° 321, de 15 de julho de 2015.** Dispõe sobre provisões técnicas, ativos redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, capital de risco baseado nos riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado, patrimônio líquido ajustado, capital mínimo requerido, plano de regularização de solvência, limites de retenção, critérios para a realização de investimentos, normas contábeis, auditoria contábil e Auditoria Atuarial Independente e Comitê de Auditoria referentes a seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www2.susep.gov.br/safe/scripts/bnweb/bnmapa.exe?router=upload/24251>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. **Resolução CNSP N° 432, de 12 de novembro de 2021.** Dispõe sobre provisões técnicas, ativos redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, capitais de risco, patrimônio líquido ajustado, capital mínimo requerido, planos de regularização, limite de retenção, critérios para a realização de investimentos, normas contábeis, auditoria contábil e Auditoria Atuarial Independente e Comitê de Auditoria aplicáveis a sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www2.susep.gov.br/safe/scripts/bnweb/bnmapa.exe?router=upload/25971>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Lei N° 73, de 21 de novembro de 1966.** Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências. Brasília, 1966. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0073.htm. Acesso em: 01 jul. 2024.

CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G.S. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática.** 12. ed. Rio de Janeiro, Atlas, 2023, *E-book*

CONTADOR, C.R ; FERRAZ, C.B. **Uma contribuição à história do seguro no Brasil.** Rio de Janeiro, UFRJ/COPPEAD, 2000. (Relatório Coppead, n. 324)

DALLA VECCHIA, C. F. **Tratamento dado pelas empresas do setor de energia elétrica aos principais assuntos de auditoria.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/265487/001177941.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 dez. 2024.

DUARTE, G.M. **Impacto dos principais parâmetros atuariais no teste de adequação de passivos em seguros contra morte.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso

(Graduação em Ciências Atuariais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/234527>. Acesso em: 03 nov. 2024.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 7ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. *E-book*. p.47.

GOLDSCHMIDT, Andrea; ROCHA, Thelma V.; CARDOSO, Roberta de C.; et al. **Gestão dos Stakeholders - Como Gerenciar o Relacionamento e a Comunicação Entre a Empresa e seus públicos de interesse**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2010. *E-book*. p.6

GUIMARÃES, S. **Fundamentação atuarial dos seguros de vida: um estudo comparativo entre os seguros de vida individual e em grupo**. Rio de Janeiro: Funenseg, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ATUÁRIA. **Resolução IBA Nº 05/2014**. Dispõe sobre a criação do Pronunciamento Atuarial CPA 002 – AUDITORIA ATUARIAL INDEPENDENTE SUPERVISIONADAS SUSEP. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://atuarios.org.br/wp-content/uploads/2021/12/resolucao_2014_5.pdf. Acesso em: 11 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ATUÁRIA. **Resolução IBA Nº 06/2017**. Dispõe sobre a atualização do Pronunciamento Atuarial CPA 002 – AUDITORIA ATUARIAL INDEPENDENTE SUPERVISIONADAS SUSEP. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://atuarios.org.br/wp-content/uploads/2021/12/resolucao_2017_6.pdf. Acesso em: 30 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ATUÁRIA. **Resolução IBA Nº 06/2018**. Dispõe sobre a atualização do Pronunciamento Atuarial CPA 002 – AUDITORIA ATUARIAL INDEPENDENTE SUPERVISIONADAS SUSEP. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://atuarios.org.br/wp-content/uploads/2021/12/resolucao_2018_6.pdf. Acesso em: 30 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ATUÁRIA. **Resolução IBA Nº 05/2019**. Dispõe sobre a atualização do Pronunciamento Atuarial CPA 002 – AUDITORIA ATUARIAL INDEPENDENTE SUPERVISIONADAS SUSEP. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://atuarios.org.br/wp-content/uploads/2021/12/resolucao_2019_5.pdf. Acesso em: 30 out. 2024.

LUMERTZ, J.A.; GUIMARÃES, S.R. **Evolução do ensino atuarial da Faculdade de Ciências Econômicas**. Corazza, Gentil (Org.). História centenária da Faculdade de Ciências Econômicas: 1909-2009. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. p. 73-83.

MALAQUIAS, F. F. O.; SILVEIRA, C. C. da. P-PORT INDEX: uma medida baseada em princípios linguísticos para análise da facilidade de leitura de relatórios financeiros. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v. 15, n. 3, p. 133-146, 2020. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/8421>. Acesso em: 03 nov. 2024.

MINOSSI, N. V. **Evolução do Relatório de Auditoria Atuarial Independente - Estudo de caso horizontal de 8 anos.** Trabalho de diplomação em atuária (Graduação) – Curso de Ciências Atuariais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/262031> . Acesso em: 11 nov. 2024.

MIRANDA, I.A., REINA, D., LEMES, S. **Grau de legibilidade dos relatórios financeiros em empresas do novo mercado.** In USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING, 18. São Paulo, Anais [...], 2018 Disponível em <https://congressosp.fipecafi.org/anais/18UspInternational/ArtigosDownload/1102.pdf>. Acesso em: 30 out. 2024

NASCIMENTO, R. P. **Análise da percepção dos atuários sobre a contribuição da auditoria atuarial independente para a evidenciação contábil das seguradoras do Brasil.** Trabalho de diplomação em atuária (Graduação) – Curso de Ciências Atuariais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/221894>. Acesso em: 11 nov. 2024.

NEVES, D.C. **Auditoria atuarial independente: percepções de atuários sobre as atualizações em legislação e CPA.** Trabalho de diplomação em atuária (Graduação) – Curso de Ciências Atuariais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/280080>. Acesso em: 11 nov. 2024.

PEREIRA, F. R.; MACHADO, N.V de. A. **Auditoria Contábil: Um Estudo a Cerca da Relação entre o Relatório dos Auditores e as Características da Empresa Auditada.** Revista Capital Científico, v.17, n.2, p. 38-54, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/41566>. Acesso em: 30 out. 2024.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social - Métodos e Técnicas.** 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. *E-book*. p.173

SILVA, A.D.L.; TEIXEIRA, B. M. **Novo Relatório do Auditor Independente: um estudo sobre os principais assuntos de auditoria.** Revista eletrônica de ciências sociais aplicadas- RECSA v. 6, n. 2, p. 144-173, jul.-dez. 2017. Disponível em: <https://revista.fisul.edu.br/index.php/revista/article/viewFile/89/79>. Acesso em: 11 nov. 2024.

SILVA, L.F. P; MURBACK, F. G. R. **Identificação dos critérios de motivação para a compra de seguros em Poços de Caldas. Artigo 08. Revista de Administração da PUC Minas - Campus Poços de Caldas,** dez. 2014. Disponível em: http://www.pucpcaldas.br/graduacao/administracao/revista/artigos/v2014/artigos_v2014.html. Acesso em: 03 nov. 2024

SOUZA, J. A.; ALBERTON, L.; BORBA, J. A. **Para Quem o Novo Relatório da Auditoria Independente é Compreensível? In: CONGRESSO UNB DE CONTABILIDADE E GOVERNANÇA,** 2017, Brasília. Anais [...]. Brasília: Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, 2017.

SOUSA, M. A. B. *et al.* **Qualidade da informação contábil: uma análise de suas características com base na percepção do usuário externo.** *Iberoamerican Journal of Industrial Engineering*, Florianópolis, SC, Brasil, v. 8, n. 15, p. 208-227, 2016. Disponível em: http://www.golden-goal-plus.eu/uploads/media/NC7807315PTC_002.pdf. Acesso em: 03 nov. 2024.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP). **Circular SUSEP nº 410, de 22 de dezembro de 2010.** Disponível em: <<https://bit.ly/3bwid3C>>. Acesso em: 30 nov. 2024.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP. **Circular SUSEP Nº 507/14, de 22 de novembro de 2014.** Adota o Pronunciamento Técnico “CPA-002 – Auditoria Atuarial Independente” elaborado pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www2.susep.gov.br/safe/scripts/bnweb/bnmap.exe?router=upload/13326>. Acesso em: 30 out. 2024.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP. **Circular SUSEP Nº 517/15, de 30 de julho de 2015.** Dispõe sobre provisões técnicas; teste de adequação de passivos; ativos redutores; capital de risco de subscrição, crédito, operacional e mercado; constituição de banco de dados de perdas operacionais; plano de regularização de solvência; registro, custódia e movimentação de ativos, títulos e valores mobiliários garantidores das provisões técnicas; Formulário de Informações Periódicas – FIP/SUSEP; Normas Contábeis e auditoria contábil independente das seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores; exame de certificação e educação profissional continuada do auditor contábil independente e sobre os Pronunciamentos Técnicos elaborados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www2.susep.gov.br/safe/scripts/bnweb/bnmap.exe?router=upload/14369>. Acesso em: 30 out. 2024.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP. **Circular SUSEP Nº 648/21, de 12 de novembro de 2021.** Dispõe sobre provisões técnicas; teste de adequação de passivos; ativos redutores; capitais de risco; constituição de banco de dados de perdas operacionais; planos de regularização; registro, custódia e movimentação de ativos, títulos e valores mobiliários garantidores das provisões técnicas; envio de informações periódicas; normas contábeis; auditoria contábil independente; exame de certificação e educação profissional continuada do auditor contábil independente; e sobre os pronunciamentos técnicos elaborados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA). Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www2.susep.gov.br/safe/scripts/bnweb/bnmap.exe?router=upload/25995>. Acesso em: 03 nov. 2024.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP. **RELAÇÃO DE EMPRESAS LICENCIADAS,** 2024. Disponível em: https://hdl.handle.net/10216/162636https://www2.susep.gov.br/menuatendimento/procura_2011.asp. Acesso em: 03 nov. 2024.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP. **SES - SISTEMA DE ESTATÍSTICAS DA SUSEP:** Opção escolhida: Painel de Inteligência do Mercado de

Segurados, 2024. Disponível em:
<https://www2.susep.gov.br/safe/menuestatistica/pims.html>. Acesso em: 30 out. 2024.

Apêndice-Questionário

1. Qual a sua faixa etária?

- 18 - 25 anos
- 26 - 35 anos
- 36 - 45 anos
- 46 - 55 anos
- Acima de 55 anos

2. Qual é seu cargo na empresa auditada?

- Estagiário(a)
- Assistente atuarial
- Analista atuarial
- Assistente administrativo
- Diretor(a)
- Sócio(a)
- Atuário(a) Responsável Técnico
- Outro: _____

3. Qual o Segmento de Atuação da empresa auditada?

- Seguros (Pessoas)
- Seguros (Danos)
- Seguros (Pessoas e Danos)
- Previdência
- Seguros e Previdência
- Resseguros
- Capitalização

4. Há quanto tempo você atua na área atuarial?

- 00 - 05 anos
- 06 - 10 anos
- 11 - 15 anos
- 16 - 20 anos
- Acima de 20 anos

5. Em quais regiões do Brasil você atua?

- Centro-Oeste [Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás]
- Nordeste [Piauí, Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Bahia, Alagoas e Sergipe]
- Norte [Amazonas, Pará, Roraima, Amapá, Rondônia, Acre e Tocantins]
- Sudeste [São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais]
- Sul [Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina]

6. Você já leu ou teve contato com relatórios de auditoria atuarial independente?

- Sim
- Não

7. Com que frequência você tem acesso a relatórios de auditoria atuarial independente?

- Anualmente
- Semestralmente
- Utilizo como meio de pesquisa frequente durante o ano
- Raramente
- Nunca

8. Os relatórios de auditoria atuarial independente são claros e fáceis de entender.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

9. Os termos técnicos e metodologias de cálculo utilizados nos relatórios de auditoria independente são adequadamente explicados.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

10. Os relatórios de auditoria atuarial independente apresentam boa redação e linguagem acessível, permitindo uma leitura técnica fluída, inclusive para não atuários.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

11. Os relatórios de auditoria atuarial independente são estruturados e objetivos, apresentando sequenciamento técnico adequado.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

12. A leitura dos relatórios de auditoria atuarial independente é cansativa ou extensa em algum ponto.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

13. Tabelas, gráficos e/ou quaisquer imagens ilustrativas que se destinem a facilitar o entendimento das questões técnicas abordadas nos relatórios de auditoria atuarial independente, em geral, não acrescentam muita relevância técnica e poderiam ser evitados.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

14. Os relatórios de auditoria independente influenciam as decisões financeiras, econômicas e estratégicas da empresa auditada.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

15. As recomendações dos relatórios de auditoria atuarial independente são atendidas pela auditada.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

16. As recomendações dos relatórios de auditoria atuarial independente são relevantes para qualificação das ações técnicas da auditada.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

17. A opinião sucinta do Atuário Independente no parecer é clara.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

18. Os relatórios de auditoria atuarial servem, ordinariamente, apenas para atender às exigências regulatórias.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

19. Os relatórios de auditoria atuarial independente contribuem para transparência e integridade da empresa auditada.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente

- Discordo
- Discordo totalmente

20. Há pontos que podem ser melhorados nos relatórios de auditoria atuarial independente.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

21. Os relatórios de Auditoria Atuarial Independente atendem ao seu propósito.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

22. São informações relevantes no relatório de auditoria atuarial independente (marque todas que se aplicam):

- Avaliação do passivo atuarial (Provisões Técnicas)
- Avaliação do TAP (Teste de Adequação do Passivo)
- Avaliação dos ativos redutores
- Análise de solvência regulatória
- Análise da consistência das bases de dados
- Análise dos Limites de Retenção
- Conclusões e Recomendações

23. Os relatórios de auditoria atuarial independente podem ser melhorados em (marque todas que se aplicam):

- Clareza e objetividade
- Dissertação
- Estrutura dos tópicos
- Descrição das análises
- Recomendações
- Tabelas e gráficos
- Anexos

24. Qual informação adicional você gostaria de ver nos relatórios de auditoria atuarial independente?

- _____